

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.525 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2002

CCJ examina proposta de tornar o voto facultativo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecia hoje, em sua última reunião neste semestre, proposta de emenda à Constituição que institui o voto facultativo no país. A matéria é de autoria do senador Carlos Patrocínio e tem parecer favorável do senador Iris Rezende.

PÁGINA 2

Conselho de Comunicação elege presidente e vice hoje

Criado pela Constituição de 1988, o Conselho de Comunicação Social começa a funcionar efetivamente hoje, ao eleger presidente e vice-presidente para dirigir seus trabalhos. O órgão será consultivo e auxiliar do Congresso Nacional em questões relacionadas com a comunicação social.

PÁGINA 8

Verba para defesa civil pode sair de loterias

Projeto que assegura mais recursos para a defesa civil deve ser examinado hoje pela Comissão de Educação. Conforme substitutivo apresentado pela senadora Emilia Fernandes, o dinheiro sairá do percentual de renda líquida das loterias federais que era destinado ao extinto Indesp.

PÁGINA 7



Ramez Tebet espera que as lideranças cheguem a um acordo para concluir a apreciação do projeto da LDO até o fim da semana

Congresso deve votar LDO esta semana, prevê Tebet

Presidente do Senado lembra que “sempre há disputas” na apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas as lideranças acabam entrando em acordo para aprovação da matéria

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 deve ser votado pelo Congresso Nacional ainda esta semana, acredita o presidente do Senado, Ramez Tebet. Segundo ele, a LDO é “a lei mais importante” e geralmente envolve disputas na votação, mas as lideranças partidárias sempre acabam chegando a um acordo que permita sua aprovação. Enquanto a matéria não for votada, o Legislativo não poderá

iniciar o recesso de julho.

O relator da LDO, senador João Alberto Souza, examinou as 1.163 emendas apresentadas pelos parlamentares e decidiu rejeitar todas as que pretendiam alterar as metas fiscais traçadas pelo governo para o próximo exercício financeiro. O parecer de João Alberto deve ser analisado hoje, a partir das 14h30, em reunião da Comissão Mista de Orçamento.

PÁGINA 3



José Cruz

Arminio Fraga e Pedro Malan participam de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos



Célio Azevedo

Senadores ouvem Malan e Fraga sobre crise

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, devem comparecer hoje à Comissão de Assuntos Econômicos. Eles vão falar sobre as turbulências no mercado financeiro e as medidas adotadas pelo governo para contê-las.

PÁGINA 4

Comissão analisa voto facultativo e maior rigor em pesquisa eleitoral

Em reunião antecipada para hoje, CCJ discute ainda projeto que impede renúncia de senador acusado de irregularidade, após abertura de processo que tenha como pena perda de mandato

Na última reunião agendada para este semestre, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar hoje a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) que torna o voto facultativo no Brasil. O relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), é favorável à proposta.

A comissão, presidida por Bernardo Cabral (PFL-AM), deve examinar ainda projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que impõe maior rigor na divulgação de pesquisas de opinião. Pela proposta, que tramita em caráter terminativo, os diretores de institutos de pesquisa que fornecerem informações errôneas à Justiça Eleitoral ou que apresentarem fraudes nos resultados podem ser condenados à prisão, e a empresa pode ter seu



PEC apresentada por Patrocínio torna voto facultativo no Brasil

registro cassado. Como relator, Pedro Simon (PMDB-RS) é favorável ao projeto.

Também está na pauta da CCJ projeto de resolução de Osmar Dias (PDT-PR) que define como momento de abertura de processo contra senador acusado de irregularidades a apresentação for-

mal, no Conselho de Ética, de relatório que peça a abertura de investigação que tenha como pena a perda de mandato. Para Osmar, que tem o apoio do relator, Francelino Pereira (PFL-MG), esse deve ser o limite para que a renúncia possa extinguir a continuidade do processo. Caso aprovado, o parecer segue para análise da Comissão Diretora.

Entre os outros 34 itens da pauta da CCJ, está o projeto de lei da comissão que analisou os efeitos do fenômeno "El Niño" no país, que busca punir por crime de responsabilidade o presidente, governador ou prefeito que, mesmo alertado por órgão do sistema de defesa civil, se omitir em adotar medidas para combater tragédias e desastres climáticos. Segundo a proposta, caso seja confirmada a omissão, o presidente pode per-

der o mandato e os prefeitos podem ser presos. O relator, Maguito Vilela (PMDB-GO), é favorável à aprovação do projeto.

Os senadores também devem se pronunciar sobre projeto de resolução da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria a Comissão Permanente de Legislação Participativa no Senado. O objetivo do projeto, que tem relatório favorável de Osmar Dias, é abrir um canal pelo qual a Casa possa receber sugestões da sociedade civil.

Dois relatórios sobre projeto de decreto legislativo de Pedro Simon, que anula autorização da cisão de Furnas, devem ser analisados pela CCJ. O relator, Amir Lando (PMDB-RO), manifestou-se favoravelmente, mas o vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), pede, em relatório alternativo, a rejeição da proposta.

Agripino tem foto na galeria de ex-presidentes da CCJ

Em cerimônia hoje, após a ordem do dia da sessão do Plenário, a CCJ inaugura foto do senador José Agripino (PFL-RN) na galeria de ex-presidentes da comissão. O senador comandou os trabalhos da Comissão de Justiça nos anos de 1999 e 2000, período em que esta



José Agripino presidiu a Comissão de Justiça em 1999 e 2000

teve grande produtividade e se pronunciou sobre diversas matérias.

Agripino presidiu 51 reuniões em 1999 e 57 em 2000. No total, foram apreciados 395 pareceres, o que ajudou a limpar a pauta da CCJ, que, entre as comissões per-

manentes, é a que recebe o maior número de proposições para análise. Uma das discussões mais importantes que passou pela comissão nesse período, segundo Agripino, foi a que deu origem à proposta de emenda à Constituição (PEC) que levou à criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Foi também durante a presidência de Agripino que os senadores analisaram projeto de lei que deu origem à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Coral do Senado lança coletânea de hinos

O presidente do Senado, Ramez Tebet, lança amanhã, às 19h, no Salão Negro, o CD *Hinos do Brasil*, uma coletânea de hinos gravada pelo Coral do Senado em parceria com o Coral Infanto-Juvenil do Colégio Mackenzie e acompanhamento da Orquestra de Músicos de Brasília e da Banda do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília.

A seleção inclui o Hino Nacional, o Hino da Proclamação da República, o Hino à Bandeira e o Hino da Independência. O projeto é uma iniciativa da Secretaria de Comunicação Social do Senado, conduzida pelo jornalista Vagner Caldeira, com apoio do diretor-ge-



Projeto é uma iniciativa da Secretaria de Comunicação Social do Senado

ral da Casa, Agaciel da Silva Maia.

Na coordenação, trabalharam a maestrina do coral, Glicínia Mendes, e a diretora da TV Senado, jornalista Marilena Chiarelli.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe o juiz federal da 14ª Vara Cível/SP, Néilton Agnaldo Moraes dos Santos

10h30 — Recebe o embaixador do Senegal, Cesar Coly

11h30 — Recebe o presidente da Associação Brasileira de Estudos e Combate ao Doping e membro da Organização Nacional de Desporto, Alexandre Pagnani

12h — Recebe o reitor da Universidade Federal de MS, Manoel Catarino Paes Peró

15h — Recebe Jaime Sirotky, Paulo Cabral de Araújo e Paulo Machado de Carvalho Neto

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

18h — Participa de solenidade de aposição do retrato do senador José Agripino na galeria de ex-presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sala de Reunião nº 3, Ala Alexandre Costa

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 53/02, altera o inciso I do artigo 2º da Lei nº 7.394/85 (dispõe sobre redução da duração do curso de técnico em radiologia); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 55/01, altera a redação do artigo 29-A da Constituição federal (estabelece limites de despesas com o Poder Legislativo municipal); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 29/00 (tramitando em conjunto com as PECs nºs 21/95; 5, 16, 21, 23, 33, 54, 62, 71, 74, 81 e 92, de 1999; 1, 5 e 20, de 2000; e 15/01), introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/02, altera os artigos 14 e 15 da Constituição federal, para permitir o voto dos presos; PDL nº 8/02, aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre os governos do Brasil e da Costa Rica; PDL nº 9/02, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação entre as Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação das Leis de Concorrência, celebrado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão; e PR nº 10/01, acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 99 da Resolução do Senado nº 93/70, para estabelecer que o presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

PREVISÃO PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tebet crê que LDO será votada esta semana

Presidente do Senado confia em acordo das lideranças para exame do projeto. Ele também acredita que as eleições não devem atrapalhar o trabalho legislativo no segundo semestre, quando espera votar minirreforma tributária

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ser votada ainda esta semana. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, em entrevista coletiva. Tebet disse que a LDO “é a lei mais importante”, acrescentando que, se não for votada, o Congresso não pode entrar em recesso.

O presidente do Senado lembrou que “sempre há disputas em jogo na votação da LDO”, mas observou que tradicionalmente as li-

deranças entram em acordo para a votação da matéria.

Tebet acredita que as eleições não devem atrapalhar o trabalho legislativo no segundo semestre. Ele adiantou que a Mesa se reunirá amanhã para definir um entendimento com a Câmara dos Deputados e estabelecer o calendário das duas Casas após o recesso parlamentar.

– Eleição é importante. Significa exercício democrático, mas não pode impedir que o Congres-

so realize votações importantes para o país – salientou o senador.

Dentre as matérias importantes que poderiam entrar na pauta, o presidente do Senado defendeu a inclusão de uma minirreforma tributária, que poderia começar pela revisão das contribuições sociais que incidem em cascata sobre a produção.

– Eu garanto que haverá quórum. Essa reforma é esperada pelo país há quanto tempo? – indagou Tebet.

João Alberto preserva metas fiscais do governo

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), decidiu preservar as metas fiscais traçadas pelo governo para o próximo exercício financeiro, rejeitando todas as emendas, entre as 1.163 apresentadas, que visavam mexer naqueles números. O senador também decidiu preservar os mecanismos que vão possibilitar a compensação recíproca entre os orçamentos fiscal e da seguridade social e o orçamento das estatais, para permitir a elevação de gastos em setores prioritários.

O parecer do senador e o substitutivo ao texto original enviado ao Congresso pelo Executivo deverão ser analisados hoje, a partir das 14h30, em reunião da Comissão Mista de Orçamento.

João Alberto disse ter achado mais prudente manter, no anexo de metas fiscais da LDO para 2003, o resultado primário fixado no projeto, com um superávit equivalente a 2,8% do Produto Inter-

no Bruto (PIB), sendo 2,25% (R\$ 31,997 bilhões) no orçamento fiscal e da seguridade social, e 0,55% do PIB (R\$ 7,82 bilhões) no Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais.

O relator explicou que manteve a comunicação entre os dois orçamentos federais para que suas metas superavitárias possam se compensar. Se o excedente em relação ao valor de referência ocorrer no PDG das estatais, o governo poderá compensar redução equivalente na meta de resultado dos orçamentos fiscal e da seguridade, e vice-versa.

João Alberto disse que teve cuidado especial com as obras públicas que trazem indícios de irregularidades. “Como em anos anteriores, as obras com indícios de irregularidades graves poderão receber recursos da União, mas a execução dos contratos ou subtrechos em que foram identificados indícios ficará suspensa até a adoção de medidas saneadoras e posterior liberação pelo Congresso Nacional.” Conforme o sena-



Parecer de João Alberto Souza deve ser analisado hoje pela Comissão Mista de Orçamento

dor, isso vai aprimorar o projeto original, além de conceder à Comissão Mista de Orçamento poder terminativo para suspender a execução de determinada obra.

João Alberto também acrescentou que o Tribunal de Contas da União (TCU) deverá, obrigatoriamente, encaminhar à comissão subsídios sobre as obras fiscalizadas relativos à conveniência de sua continuação ou paralisação e pronunciar-se conclusivamente sobre o saneamento das irregularidades.

Comissão examina relatório do TCU sobre crise de energia

A recente crise no fornecimento de energia elétrica volta a ser analisada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Hoje, a partir das 14h30, será examinado em caráter terminativo relatório de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no setor elétrico nacional. O levantamento objetivou identificar as causas da crise, além de apontar medidas que possam evitar futuros colapsos no abastecimento.

Também deve ser examinado pela comissão o voto contrário do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) a projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que propõe a suspensão temporária das licitações de novas áreas para exploração de petróleo no país. Essa interrupção iria vigorar até que o Congresso Nacional aprovasse o plano estratégico de energia apresentado pelo Conselho Nacional de Política Energética.

Mudanças na implantação do horário de verão também podem ser discutidas na reunião. Projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), com parecer favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), defende a exclusão do Distrito Federal, Goiás e Tocantins desse regime. Maguito afirma que a reduzida economia de energia nas três unidades federativas “não compensa os males causados à saúde humana”. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) contesta o ar-

gumento em voto em separado, observando que qualquer economia de energia é importante para afastar o risco futuro de apagões.

Outro projeto correlato, do deputado federal Márcio Fortes (PSDB-RJ), torna o horário de verão permanente. A medida seria adotada a partir da zero hora do terceiro domingo de outubro, se estendendo até a zero hora do segundo domingo de fevereiro, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal. Embora tenha recebido parecer pela aprovação do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), a matéria conta com voto em separado da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

RODOVIAS

Mais cinco projetos que alteram o Plano Nacional de Viação devem passar pelo crivo da comissão.

Entre eles, estão duas propostas de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), modificando o traçado das rodovias BR-080, para reinserir no percurso o estado de Mato Grosso, e BR-242, estendendo-a de Sorriso (MT) até a rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho). As duas iniciativas têm parecer favorável do relator e serão votadas em decisão terminativa.

Projeto disciplina relações entre fabricante e distribuidor de bebida

Está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que disciplina o relacionamento comercial entre fabricantes e distribuidores de bebidas, visando ao equilíbrio contratual entre as partes. Uma das medidas propostas é a determinação do limite de investimento em propaganda por parte do distribuidor, para que ele não seja obrigado a ter gastos acima de sua capacidade econômico-financeira.

– A imprensa tem divulgado a ocorrência de prejuízos sofridos



Autor da proposta, Sebastião Rocha quer evitar abusos contra os distribuidores

por distribuidores em decorrência de arbitrariedades cometidas por grandes fabricantes. Os pre-

juízos causaram impacto negativo sobre o mercado de trabalho no setor de distribuição de bebidas, aumentando o desemprego no setor – argumenta Sebastião Rocha.

Segundo o senador, o fato de os fabricantes venderem diretamente aos postos de vendas (inclusive supermercados que operam em grande escala) prejudica os distribuidores. Ele disse que há denúncias de que o preço estipulado por alguns supermercados aos seus consumidores é inferior ao cobrado por um grande fabricante aos seus distribuidores.

O mercado de bebidas no Brasil

Produção anual

Cerveja: 0,45 bilhões de litros

[quarto maior produtor mundial]

Refrigerante: 11,8 bilhões de litros

[terceiro maior produtor mundial]

Água mineral: 3,7 bilhões de litros

[quinto maior produtor mundial]

Consumo anual

Cerveja: R\$ 12,5 bilhões

Refrigerante: R\$ 12 bilhões

Água mineral: US\$ 1,3 bilhões

Fonte: Instituto Nielsen/Sindicato de Bebidas

Malan e Fraga explicam medidas contra a crise

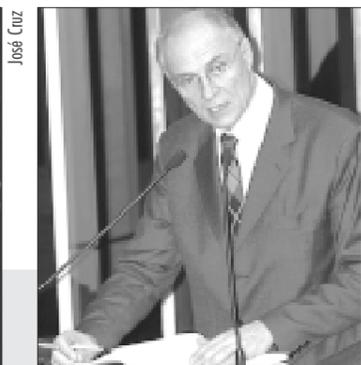
A CAE recebe hoje, no final da manhã, o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central, que devem falar sobre a estratégia do governo em relação ao quadro de inquietações no mercado financeiro do país

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central (BC), Arminio Fraga, comparecem hoje, ao final da manhã, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para explicar o quadro de inquietações no mercado financeiro do país, com alta do dólar, queda das bolsas e dificuldades de financiamento da dívida pública em prazos mais longos.

Em relação ao temor de que o Brasil estaria seguindo os passos da Argentina, o ministro da Fazenda tem argumentado, em declarações à imprensa, que o Brasil não vive situação econômica de caos.

Segundo Malan, há grandes diferenças estruturais entre as economias argentina e brasileira. Destaca-se aí, afirma, o fato de 15 províncias argentinas contribuírem para emissão de moeda, o que dificulta a administração da política monetária. Lá, o conjunto de regras que regem a relação entre o governo federal e as províncias, a seu ver, precisa ser revisto, como ocorreu no Brasil, onde os estados não têm mais poder de emissão, papel reservado ao Banco Central.

Malan assinala que o Brasil viveu, nos últimos seis anos, processo de liquidações, intervenções, fusões e aquisições no siste-



Romero Jucá e Eduardo Suplicy são autores dos requerimentos para que Pedro Malan e Arminio Fraga comparecessem ao Senado

ma bancário, que hoje está sólido. Já na Argentina, explica, há uma crise bancária ainda não resolvida. Em que pese a situação argentina ser difícil, Malan acha que o país vizinho acabará saindo da crise, em razão do seu notável volume de recursos naturais, humanos e técnicos. A solução não será rápida, mas virá, opina Malan, que advoga maior envolvimento internacional no caso argentino.

CAMPANHA ELEITORAL

O ministro da Fazenda também acha natural que o atual governo tenha de lidar com expectativas crescentes geradas a partir do clima de campanha eleitoral. Para ele, o atual período de turbulência, como o que já foi experimentado em outras ocasiões, será superado com tranquilidade, a par-

tir de decisões firmes a serem adotadas pelo Banco Central. A economia brasileira é sólida, assegura, e o governo tem os instrumentos necessários e vai utilizá-los para enfrentar a situação.

Conforme o noticiário dos últimos dias, Malan e Fraga, em suas exposições no Senado, vão tentar deixar clara a estratégia que o governo vem adotando com relação aos fundos de investimento e à reestruturação da dívida pública mobiliária.

O comparecimento de Malan e Fraga à CAE foi sugerido em requerimentos apresentados à comissão pelo vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), e pelo líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Comissão analisa pedidos do governo para empréstimos

Em reunião convocada para as 9h30 de hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar pedidos encaminhados pelo presidente da República para que o Senado autorize a contratação de duas operações de crédito externo que totalizam US\$ 122,5 milhões.

A primeira operação, no valor de US\$ 100 milhões, deverá ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) junto ao Banco Nórdico de Investimentos (NIB). Os recursos financiarão o Programa Multissetorial, destinado a projetos de modernização de empresas nacionais.

A mensagem do Executivo solicitando autorização para a garantia da União no contrato com o NIB recebeu parecer favorável do relator, senador Geraldo

Melo (PSDB-RN). O parlamentar também concorda que seja ampliado o limite de lançamento de títulos da dívida pública do país no exterior, de US\$ 30 bilhões para US\$ 40 bilhões – medida que também será examinada pela CAE.

POBREZA RURAL

A segunda operação de crédito, no valor de US\$ 22,5 milhões, deverá ser contratada pelo governo do Rio Grande do Norte no Banco Mundial (Bird). Os recursos destinam-se à execução da segunda fase do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR). O relator da matéria, senador Romero Jucá (PSDB-RR), apresentou parecer favorável na forma de projeto de resolução, que, se aprovado pela CAE, irá ao exame do Plenário.

Após as votações, a CAE realizará audiência pública com o



Geraldo Melo apresentou parecer favorável ao pedido de empréstimo de US\$ 100 mi para o BNDES

ministro Pedro Malan, da Fazenda, e o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, que falarão à comissão sobre o atual momento de inquietação no mercado financeiro do país.

À tarde, após a ordem do dia, a comissão voltará a se reunir para examinar indicações feitas pelo Executivo para o preenchimento de cargos de direção da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

BC pode ser obrigado a justificar decisões tomadas pelo Copom

O Plenário deve analisar hoje o projeto de resolução que obriga o presidente do Banco Central ou um diretor por ele indicado a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Também estará em pauta projeto de lei da Câmara que reduz a duração do curso de técnico em radiologia, hoje fixada em três anos.

E prossegue hoje a discussão da proposta de emenda à Constituição que reforma o Poder Judiciário. Na quinta-feira próxima, o texto, relatado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), deveria estar pronto para votação em primeiro turno. A proposta, no entanto, retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em razão de emenda, do senador José Fogaça (PPS-RS), que substitui a súmula vinculante pela súmula impeditiva de recurso. Cabral anunciou em Plenário que a emenda de Fogaça sofrerá demorado estudo, por ser “inteligente e engenhosa”.

Entre as 16 propostas que tra-

mitam em conjunto com a da reforma do Judiciário estão uma do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que atribui ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a iniciativa de lei para criar varas da Justiça Federal especializadas em processar e julgar crimes financeiros, e outra do senador Paulo Souto

(PFL-BA), que confere ao Supremo Tribunal Federal (STF) competência para julgar originariamente, nos crimes de responsabilidade, juízes de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos tribunais regionais federais.

LEGISLATIVO MUNICIPAL

Duas outras propostas de emenda à Constituição estão na pauta de hoje. Uma estabelece limite de despesas para o Poder Legislativo municipal. Apresentada pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), a proposta estará em segunda sessão de discussão, já em segundo turno. Outra, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), será examinada na primeira sessão de discussão, em primeiro turno, e prevê autorização para o voto dos presos.



Fogaça apresentou em Plenário emenda à PEC que reforma o Judiciário

Comitê define taxa básica de juros

Criado em 1996, o Comitê de Política Monetária (Copom) é um colegiado que define a Selic, a taxa de juros básica da economia brasileira – aquela que remunera os títulos do governo e que serve de referência para os bancos fixarem suas taxas de juros. Ele é formado pelos oito membros da diretoria do Banco Central e coordenado pelo presidente da instituição. Também integram o comitê os chefes de cinco departamentos específicos do BC.

Desde o ano 2000, as reuniões do Copom são mensais, dividindo-se em dois dias. Nelas, são analisados os fatores relacionados com o nível da atividade econômica, estabilidade de preços, conjuntura internacional e outras variáveis de relevância. Com base nessas informações, define-se a taxa Selic.

A criação do comitê foi inspirada no Federal Open Market Committee (FOMC), do banco central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (FED), e no Central Bank Council, da Alemanha. Em junho de 1998, o banco da Inglaterra também instituiu o seu Monetary Policy Committee (MPC). O objetivo desses comitês é proporcionar maior transparência ao processo decisório da política monetária.

Bezerra defende incentivo à piscicultura em Mato Grosso

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu o incentivo à piscicultura no seu estado. A criação de peixes, disse o senador, é uma das atividades econômicas mais indicadas para a região, devido ao baixo custo de implantação, a boa rentabilidade e a sua natureza não poluente.



Carlos Bezerra: criação de peixes é rentável e ajuda a preservar meio ambiente

O parlamentar ressaltou a importância do apoio dos governos federal, estadual e municipais para os produtores que estão ingressando nesse setor, mas observou que, mesmo com parques investimentos, a piscicultura já demonstra excelentes resultados para os produtores que acreditaram na atividade.

Carlos Bezerra disse que a piscicultura é viável, tanto para pequenos empresários do setor primário, quanto para os grandes investidores. Ele citou como exemplo os criadores da cidade de Cáceres, que implantaram os chamados tanques-rede para a criação de pacu, sistema pioneiro na região.

Segundo o senador mato-grossense, o estado também é ideal para sediar grandes projetos

que exigem recursos vultosos. Carlos Bezerra mencionou o sucesso alcançado pelo criador José Mário Mendes, que utiliza uma moderna técnica de aquíicultura e atingiu resultados positivos na produção de alevinos de peixes de água doce, como chara, matrinxã e jatuarana, na cidade de Nova Mutum.

Carlos Bezerra lembrou que o peixe é considerado um dos alimentos mais saudáveis e ricos em proteínas, acrescentando que sua cultura irá, também, reduzir a pesca predatória dos peixes naturais dos ecossistemas do Centro-Oeste.

— Devemos trabalhar com o horizonte de limitar a pesca no Pantanal a sua prática de subsistência ou esportiva. Essa última, além de ter impacto reduzido na população de peixes, constitui um dos grandes estímulos ao turismo.

Para o representante de Mato Grosso, a piscicultura trará grandes avanços para o estado. O senador afirmou que a criação de peixes possivelmente iniciará um novo ciclo econômico e ressaltou que, para isso, é preciso fomentar a instalação de novos viveiros.

CÚPULA DA ALIMENTAÇÃO

Mauro insiste em combate efetivo à fome no mundo

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) considerou melancólico o resultado da Cúpula Mundial da Alimentação, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e encerrada no dia 17 de junho, em Roma. Ele observou que, na ausência dos líderes de praticamente todos os países desenvolvidos, restou ao diretor-geral da FAO, o senegalês Jacques Dionf, reiterar o apelo para que as nações cumpram o compromisso firmado na reunião anterior, em 1996, de reduzir a menos da metade o número mundial de famintos, hoje na faixa de 860 milhões.

Segundo informou o senador por Goiás, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que de 1996 até agora apenas 25 milhões de pessoas saíram da lista dos famintos. O mesmo documento aponta que a ajuda alimentar dos países aos miseráveis do mundo sofreu uma redução em termos absolutos: de US\$ 15 bilhões anuais em 1988 para US\$ 11 bilhões em 2001. Para que a meta da FAO seja



Mauro: ajuda alimentar dos países aos miseráveis caiu em termos absolutos

alcançada até 2015, são necessários US\$ 24 bilhões adicionais em ajuda ao setor agrícola a cada ano.

Na opinião de Mauro Miranda, os líderes dos países mais ricos deveriam refletir sobre as vantagens econômicas que poderiam ser conquistadas

se houvesse uma vitória da Humanidade contra a fome. Ele comentou que, segundo cálculos da FAO, cada dólar investido nas reformas agrária e agrícola do Terceiro Mundo, envolvendo pesquisa, extensão rural e capacitação de agricultores familiares, crédito, logística, seguro e parcerias, produziria um retorno de US\$ 12 aos países doadores. Esse retorno viria da ampliação da demanda pela importação de máquinas, implementos, fertilizantes e bens variados de consumo para a população rural.

— Eu, que sou de Goiás, um estado eminentemente agropastoril, posso ver de perto, com meus próprios olhos, como seria benéfica a aplicação de uma estratégia de incentivo à produ-

ção em substituição às políticas internacionais, e também nacionais, de esmagamento das vantagens comparativas de nossa agricultura e de empobrecimento das nossas famílias rurais.

PACTO

A carga tributária, que chega a 31,2% do preço do alimento industrializado no Brasil, na avaliação do senador, é insuportável para agricultores e pecuaristas. Ele explicou que os produtores não conseguem tomar empréstimos para melhorar o rendimento e a qualidade de suas plantações e rebanhos, já que o crédito é curto e os juros são altos. Mauro Miranda disse não entender por que os governos estaduais ainda não firmaram um pacto nacional pela isenção do ICMS sobre os itens da cesta básica.

— Com esta medida, qualquer possível perda de arrecadação, que de modo geral nunca é tão grande assim, seria mais que compensada pelo aumento imediato de cerca de 11% do poder aquisitivo do trabalhador de salário mínimo e pelo choque de demanda daí resultante para as várias cadeias produtivas de comercialização, o que, ao fim e ao cabo, redundaria em mais impostos recolhidos ao Tesouro — argumentou Mauro.

Eduardo: Brasil ajuda a garantir alimentos

O Brasil tem um papel fundamental nas iniciativas internacionais de combate à fome, avaliou ontem o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) ao relatar detalhes dos debates travados em Roma, entre os dias 10 e 13 de junho, no Vértice Mundial da Alimentação, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

De acordo com o senador, o país pode ajudar a diminuir o problema a partir do incremento da produção agrícola. Mas, para isso, é necessária uma política de incentivos ao setor.

— É preciso soltar as amarras que impedem o Brasil de produzir e de desenvolver de forma sustentável seu grande potencial — disse.

Eduardo Siqueira Campos elogiou as ações do governo federal que visam dotar o Centro-Oeste de infraestrutura capaz de facilitar o escoamento da produção agrícola e de aumentar sua produtividade. Nesse sentido, ele considerou fundamental a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e da Hidrovia Araguaia/Tocantins e defendeu a liberação dos recursos orçamentários previstos para esta última.

— Temos 5 mil operários trabalhando à beira da demissão, porque não foram desbloqueados recursos do Orçamento — observou.



Eduardo Siqueira Campos defende incentivos à produção agrícola

Na opinião do senador, o Brasil deve adotar posições firmes em defesa do desenvolvimento de sua economia. Somente assim o país terá como fazer frente a ataques especulativos ou a medidas protecionistas como as que têm sido adotadas pelo governo norte-americano, sustentou.

Em aparte, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou a atuação de Eduardo Siqueira Campos e afirmou que Tocantins e Goiás são estados que podem tornar-se grandes produtores de alimentos.

Fala, Cidadão

O Jornal do Senado publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço A Voz do Cidadão — 0800-661-2211 — e autorizando a publicação.

Paulo Evangelista da Cunha, de Barueri (SP):

Quero sugerir um projeto de lei para que todos os municípios com mais de 50 mil habitantes tenham uma escola profissionalizante.

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) responde: De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o ensino profissionalizante é atribuição dos governos estaduais. É importantíssimo que o país aumente consideravelmente a oferta de vagas no ensino médio e no ensino profissionalizante nos centros urbanos com 50 mil habitantes ou mais. Devido à universalização do ensino fundamental, hoje nós temos, aproximadamente, 97% das crianças de sete a 14 anos na escola. Estatística que gera uma pressão positiva para a abertura de novas vagas. É importante que o setor público aumente a oferta, contando com o apoio do Ministério da Educação que, aliás, possui um programa especial, o Programa Expansão do Ensino Profissionalizante, para que os nossos jovens, principalmente os que ultrapassam a faixa de 17 anos, possam estudar.

Mozarildo quer proteção das fronteiras contra narcotráfico

Senador afirma que drogas são produzidas em países limítrofes com o Brasil, tornando a Amazônia “uma porteira aberta” para o comércio ilegal

Preocupado com a expansão do narcotráfico e com sua ação nefasta, principalmente no Rio de Janeiro, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu ontem maior investimento público nas fronteiras do Brasil com os países produtores de drogas. Ele disse que o problema está aumentando em razão das vultosas quantias que o comércio de drogas movimentava, vendendo-as no país e exportando-as para Europa e Estados Unidos.

O parlamentar disse que os narcóticos não estão sendo produzidos no Brasil, mas na Colômbia, Peru, Bolívia e até Suriname, que têm fronteiras tão desguarnecidas quanto as do lado brasileiro da região amazônica. Segundo ele, a Amazônia é uma porteira aberta para a alimentação desse comércio, enquanto a sociedade discute os sintomas sem atacar as verdadeiras causas do problema.

— Não temos uma ação enérgica para garantir que estamos queimando na entrada a causa disso. O Fernandinho Beira-Mar foi pre-



Mozarildo Cavalcanti defende redivisão territorial na Amazônia

so na Colômbia, portanto, a conexão está muito clara. A atenção com a Amazônia precisa ser dobrada. E não deve ser uma atenção apenas romântica. É necessário dar um tratamento a esse problema — afirmou.

Contra o descaso com que, a seu ver, o Brasil aborda esse assunto, Mozarildo Cavalcanti reconheceu que o projeto Sivam foi uma iniciativa eficiente para prevenir e detectar a movimentação de aviões na região. Mas ele recla-

mou a execução do projeto Calha Norte, que “vem sendo praticamente nocauteado pelo governo federal”.

O senador assinalou que a Amazônia tem mais de 11 mil quilômetros de fronteira seca, sem nenhuma divisão concreta e quase nenhuma fiscalização, porque nem a Polícia Federal nem as Forças Armadas têm efetivo para policiar toda a área. Diante desse quadro, nada mais importante, frisou, que a redivisão territorial dos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso, para que o Brasil combata com mais eficiência o narcotráfico.

Mozarildo considerou incrível que, aprovados no Senado, os projetos que permitem à população desses estados responderem em plebiscito se desejam desmembrá-los ainda não tenham sido votados na Câmara. Surpreendentemente, disse ele, uma deputada do PCdoB é quem está se colocando contra a realização do plebiscito.

— Para mim é uma surpresa, porque ela se manifesta contra a oportunidade de o povo tomar essa decisão — observou.

CPI das ONGs apura compra irregular de terras

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no país dá prosseguimento aos trabalhos hoje, às 17h, quando toma depoimento de Hector Daniel Garibotti, sócio fundador da Associação Amazônia.

Na semana passada, o vice-presidente da Associação Amazônia, Luís Antônio Nascimento de Souza, em depoimento à CPI, admitiu que os recursos utilizados para a compra de 172 mil hectares de terras em Roraima, no valor de US\$ 70 mil, ingressaram irregularmente no Brasil.

Conforme o presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a presença de Hector Garibotti é de vital importância para que as denúncias sejam esclarecidas. Ele informou que o relatório final da CPI deverá sugerir nova legislação para regulamentar a atuação das ONGs.

Comissão examina mudança no visto para estrangeiro

A concessão de visto a estrangeiro portador de passaporte emitido por governo não reconhecido pelo Brasil será discutida hoje, a partir das 17h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A proposta foi apresentada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO) e tem voto pela aprovação do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), na forma de substitutivo.

Esse benefício seria concedido em caráter temporário, pelo prazo máximo de 90 dias, a viajantes de países que venham ao Brasil para tratar de negócios ou integrem missão comercial ou econômica. Ao defender o projeto, Moreira Mendes argumenta que os limites ditados pela conveniência política e econômica entre os países devem ser respeitados, mas não podem inviabilizar o fluxo de pessoas que interessem ao país receptor, pois sua presença pode favorecer o desenvolvimento e a geração de emprego e renda.

Duas indicações de embaixado-



Moreira Mendes quer simplificar fluxo de pessoas em missão comercial ou econômica

res também serão submetidas à deliberação da CRE. A primeira vai avaliar parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) à escolha da diplomata Maria Celina de Azevedo Rodrigues para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na Colômbia. Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) elaborou parecer à indicação de Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca para chefiar a representação diplomática do governo brasileiro junto à Indonésia. Ambas as matérias serão votadas em reunião secreta.

Ari Stadler propõe criação de portos turísticos no país

Preocupado com as dificuldades enfrentadas pelas empresas de cruzeiro marítimo no Brasil, o senador Ari Stadler (PPB-SC) apresentou projeto de lei que inclui os portos de turismo entre as modalidades de instalação portuária de uso privativo. O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda a apresentação de emendas.

A decisão da CCJ será em caráter terminativo, de modo que, uma vez aprovado, caso não haja recurso para votação em Plenário, o projeto seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

Stadler explicou que a maioria dos navios de cruzeiro operando no



Stadler relata dificuldades enfrentadas por empresas de cruzeiro marítimo no Brasil

Brasil é estrangeira e, por exigência legal, só pode desembarcar em portos alfandegados. A localização desses portos, no entanto, não corresponde, necessariamente, aos pontos de interesse turístico. Para o senador, a solução seria a construção de portos nos locais adequados à exploração dessa atividade turística, mas a legislação atual não prevê essa possibilidade.

— Embora acreditemos que se trata de falha no texto da lei — possivelmente em decorrência da pouca atenção dada ao transporte marítimo de passageiros no país —, tal lacuna estaria impedindo a outorga de autorização para a construção e a exploração de portos de interesse turístico e, por conseguinte, inviabilizando o processo de alfandegamento desses portos — afirmou.

Ari Stadler acrescentou que os portos turísticos, destinados exclusivamente à movimentação de passageiros, seriam classificados como terminais especializados. “Como tal, sua operação fora da área de um porto organizado dar-se-ia, necessariamente, sob a forma de terminal de uso privativo”, explicou.

Ramez Tebet: é preciso dar um basta à violência

Após tomar conhecimento do atentado praticado na madrugada de ontem por um “comboio” de traficantes ao prédio da prefeitura do Rio de Janeiro, atingido por mais de 100 tiros de fuzis automáticos e duas granadas que não explodiram, o presidente do Senado, Ramez Tebet, defendeu “medidas muito enérgicas” contra o crime organizado naquele estado.

— Essa é uma situação emergencial. Não há dúvida de que o crime organizado já está vencendo a sociedade. Os poderes devem se unir. A prefeitura, o governo do Rio de Janeiro, a Presidência da República e a sociedade devem se unir e colocar um basta nessa violência — afirmou.

Para Tebet, passar atirando e jogando granadas significa que “os

bandidos estão desafiando o próprio povo”. Na sua opinião, a sociedade deve aceitar o desafio e derrotar o crime organizado.

— Temos o direito de exigir que medidas muito enérgicas sejam tomadas no Rio de Janeiro, e eu espero que elas sejam tomadas pelos governos federal, estadual e municipal — disse.

Tebet observou ainda que é preciso ação e alguém que tenha coragem suficiente para colocar em execução medidas fortes para combater o crime organizado. Segundo ele, o Congresso não tem demorado na aprovação das leis do pacote antiviolação e, ao contrário, tem priorizado a votação dessas leis. “Nós estamos procurando aperfeiçoar as leis. O que está demorando muito é a ação contra os bandidos”, salientou.

Emilia pede derrubada de veto presidencial

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) pediu a inclusão, na pauta do Congresso Nacional, do veto presidencial integral ao projeto de lei que determina a complementação das aposentadorias de funcionários celetistas dos Correios.

O projeto equipara os funcionários admitidos pelos Correios após 1968, como celetistas e por concurso público, aos oriundos do antigo Departamento de Correios e Telégrafos, que têm direito à complementação da aposentadoria.

Em discurso ontem, a senadora ressaltou que a matéria foi aprovada por unanimidade no Senado e na Câmara. Ela acrescentou que o projeto não é inconstitucional, já que esses trabalhadores têm conseguido a equiparação em ações judiciais. Pediu, assim, a derrubada do veto.



Rosevelt Pinheiro

Emilia afirmou que o projeto atinge 12 mil funcionários, que terão direito ao benefício gradativamente, à medida que forem se aposentando. Ela qualificou o peso da medida sobre as contas da Previdência Social como "uma coisa insignificante".

Para a senadora, o veto presidencial foi mais uma mostra de "antipatriotismo para com os trabalhadores brasileiros" do governo federal, que "curva-se ao FMI (Fundo Monetário Internacional), sangra a economia nacional" e mantém "uma política insana de juros".

PIRATARIA

Emilia se disse surpresa com a decisão das gravadoras fonográficas de recorrerem à Justiça contra o projeto de lei já aprovado pela Câmara que obriga a inclusão de um selo oficial para dificultar a pirataria. Tal medida, segundo ela, já levou a própria Receita Federal a ficar mais atenta às atividades das gravadoras.

A senadora questionou também a resistência das editoras e gravadoras em imprimir, nos livros e discos, numeração seqüencial e a assinatura do artista. Segundo ela, hoje, há uma ausência de regras, prejudicando os artistas.

Renda de loteria pode reforçar defesa civil e prevenir desastres ecológicos

Substitutivo de Emilia Fernandes, que destina percentual do rendimento de loterias para municípios atingidos por calamidades, será analisado hoje na CE. Projeto original é do senador Edison Lobão

A Comissão de Educação (CE) volta a analisar hoje, a partir das 11h30, projeto de lei que garante aumento de recursos para a defesa civil. A prevenção contra desastres climáticos ou ecológicos poderá contar, segundo substitutivo elaborado pela relatora da matéria, senadora Emilia Fernandes (PT-RS), com o percentual de renda líquida das loterias federais destinado ao extinto Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp).

De acordo com o texto a ser analisado pela comissão, o sistema de defesa civil receberá 2% da renda líquida dos concursos de prognósticos numéricos e da loteria instantânea e 10,5% da renda líquida dos concursos de prognósticos esportivos. Na última reunião da comissão, o presidente da CE, senador Ricardo Santos

(PSDB-ES), concedeu vista coletiva da proposta, apresentada inicialmente pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

CONCESSÃO

Outro projeto que volta à pauta, este de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), é o que estabelece o cancelamento de

concessão ou permissão para operar serviços de radiodifusão a quem tenha sofrido condenação criminal, com sentença transitada em julgado. O relator da matéria, Benício Sampaio (PPB-PI), apresentou parecer pela rejeição da proposta.

Também com parecer contrá-

Orçamento da defesa civil nos últimos anos

Ano	Em R\$
1998	36.625.327,00
1999	85.716.505,00
2000	155.125.604,00
2001	75.426.777,00
2002	179.225.640,00

Fonte: Parecer da Relatoria

rio do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), será analisado pela CE projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que procura criar nova estrutura para a educação profissional brasileira. Ao apreciar a proposta,

Romero Jucá recordou que ela foi apresentada por Dutra poucos meses antes da sanção da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e da edição de um decreto sobre o tema.

Ainda serão examinados pela CE projeto de lei da Câmara que denomina "Delfino Araújo Macedo"

subestação de energia elétrica em Miracema do Tocantins (TO) e 27 projetos de decreto legislativo destinados a autorizar funcionamento de emissoras de rádio.

RÁDIO MEC

Após a ordem do dia de hoje, a CE promoverá audiência pública sobre a atual situação da Rádio MEC, atendendo a requerimento dos senadores Ricardo Santos e Roberto Saturnino (PT-RJ). Participarão da audiência o secretário de Comunicação da Presidência da República, João Roberto Vieira da Costa; o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), ex-conselheiro da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto; o presidente da Sociedade dos Amigos da Rádio MEC, Luiz Carlos Saroldi; e Rute Gusmão, do Comitê de Funcionários e Ouvintes em Defesa da Rádio MEC.

Como o trabalhador pode utilizar o fundo

A legislação permite ao trabalhador dispor do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em alguns casos:

- Para adquirir a casa própria: compra, financiamento ou amortização de dívida
- Na compra de ações oferecidas pelo governo

O FGTS também pode ser resgatado em situações como:

- Demissão sem justa causa
- Doenças graves como Aids ou câncer no titular ou em dependente
- Quando o titular da conta tem idade igual ou superior a 70 anos
- Falecimento do trabalhador
- Extinção total ou parcial da empresa empregadora
- Conta sem depósito por três anos ininterruptos
- Aposentadoria

Projeto libera FGTS para a compra de automóvel

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza reunião hoje, às 14h30, para analisar pauta de 12 itens, entre eles projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que autoriza a liberação do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de automóvel. Tramitando em caráter terminativo, a proposta, incluída em pauta extraordinária, tem parecer favorável do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), que apresentou substitutivo.

Mozarildo argumenta que a maior parte da população brasileira, de baixa renda, tem facilidade, por meio do FGTS, de comprar uma casa própria, mas o mesmo não acontece com relação ao automóvel. Grande número de famílias, continua o senador, mora nas periferias das cidades, geralmente distantes dos locais de empregos, das opções de lazer ou até mesmo dos hospitais.

Em seu projeto, o senador condiciona a liberação do FGTS aos trabalhadores que já possu-

am casa própria registrada em seu nome ou de seu cônjuge. Os veículos adquiridos com os recursos, de acordo com a proposta, também não podem ter mais de três anos de fabricação, ser vendidos em menos de cinco anos ou ser usados como táxi. Se o substitutivo de Ornélas for aprovado, ele ainda terá que ser analisado em turno suplementar pela CAS.

SUS

A comissão, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), também deve examinar duas propostas que têm como objetivo dar tratamento especial a determinadas pessoas no sistema de saúde brasileiro. O primeiro deles é o projeto de lei da Câmara, da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), que estabelece regras para que idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de zero a seis anos tenham atendimento preferencial em hospitais e postos de saúde.

Pela proposta, esses grupos terão prioridade na marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde (SUS), sem que isso interfira nos

procedimentos de urgência dos hospitais. O relator, Ademir Andrade (PSB-PA), é favorável à proposta na forma de substitutivo.

Já projeto de lei do senador Carlos Wilson (PTB-PE), que está na pauta da CAS, determina que hospitais públicos e privados tenham ambulatórios e unidades de internação destinados preferencialmente ao atendimento de pessoas com mais de 65 anos. O descumprimento da regra, de acordo com a proposta, pode acarretar multa de até R\$ 10 mil. A matéria, que tramita terminativamente na CAS, tem voto favorável da

relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), que, em substitutivo, exclui do alcance da proposta hospitais que tratam de especialidades que não abrangem idosos.

ASTRÓLOGO

Os senadores da CAS também devem analisar, em turno suplementar, o projeto de lei do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) que regulamenta a profissão de astrólogo, tendo em vista que substitutivo do senador Moreira Mendes (PFL-RO) à proposta já foi aprovado, em caráter terminativo, pela CAS.

Conselho de Comunicação elege hoje seu presidente

Instituído pela Constituição de 1988, o colegiado funcionará como órgão auxiliar do Congresso Nacional nas decisões para o setor

O Conselho de Comunicação Social reúne-se hoje, às 18h30, para eleger o seu presidente e o vice-presidente. Amanhã, o colegiado realiza nova reunião, destinada a discutir assuntos internos.

Criado pela Constituição federal de 1988, o conselho funcionará como órgão consultivo e auxiliar nas decisões do Senado e da Câmara para o setor de comunicação social do país.

Caberá ao órgão se manifestar sobre temas como liberdade de expressão, modelos de controle dos veículos de comunicação, conteúdo das programações da mídia e legislação referente à propriedade dos canais de rádio e televisão.

São os seguintes os 13 representantes eleitos para o conselho, que ficarão no cargo até 31 de março de 2003: Paulo Machado de Carvalho Neto (rádio);

Roberto Wagner Monteiro (televisão); Paulo Cabral de Araújo (imprensa); Fernando Bittencourt (engenheiro especializado na área de comunicação); Daniel Herz (jornalista); Francisco Pereira da Silva (radialista); Berenice Bezerra (artista); Geraldo Pereira dos Santos (cinema e vídeo); José Paulo Cavalcanti, Alberto Dines, Jayme Sirotsky, Carlos Chagas e Ricardo Moretton (sociedade civil).

Estande do Senado recebeu 70 mil pessoas

Com um estande montado na 1ª Bienal Nacional do Livro de Natal, o Senado Federal ofereceu a um público estimado em 70 mil pessoas informações sobre a instituição e publicações da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), que edita livros com a legislação atualizada e obras do Conselho Editorial da Casa. O evento, aberto no dia 14 de junho, foi encerrado no último sábado.

O ponto alto da participação do Senado na Bienal de Natal foi o lançamento, na última quinta-feira, do livro *Parlamentares do Rio Grande do Norte – Senadores do Império à República, Vol. 1*, de autoria do diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia. Quatro ex-senadores biografados – Martins Filho, Dario Pereira, Lavoisier Maia e Garibaldi Alves Filho – estiveram presentes ao evento.

Outras personalidades políticas e acadêmicas do Rio Grande do Norte, como o presidente do Instituto Histórico e Geográfico do



Agaciel Maia entrega ao chefe de gabinete civil, Luiz Eduardo Costa, publicações do Senado em braile

estado, Enélio Petrovich, o presidente da Fundação José Augusto, Woden Madruga, o presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, Diógenes da Cunha Lima, e o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, compareceram ao lançamento no estande do Senado, que reuniu cerca de 400 convidados.

Na passagem por Natal, os representantes da Comissão das Feiras de Livro doaram à diretora da Biblioteca Pública Câmara Cascudo, Rejane Lordão Monteiro, cer-

ca de 100 títulos que fazem parte do Catálogo de Publicações do Senado. Agaciel também entregou publicações em braile ao chefe do Gabinete Civil do governo local, Luiz Eduardo Carneiro Costa, que representou o governador do estado, Fernando Freire, no evento realizado pelo Senado na Bienal. Os livros serão distribuídos para instituições de apoio a deficientes visuais.

LEGISLAÇÃO

Os visitantes aproveitaram a presença do Senado no evento literário para adquirir livros com textos de leis aprovadas ou alteradas recentemente. Além da Constituição de 1988 atualizada até a Emenda nº 38, foi vendido grande número de volumes do novo Código Civil e do Estatuto da Cidade. No estande, também houve distribuição de exemplares da revista *Jovem Cidadão*, que introduz noções de cidadania por meio de desenhos e brincadeiras.

Otávio defende a rejeição de mudança em símbolo nacional

Apesar de reconhecer que projeto de lei da Câmara dos Deputados torna mais flexível o uso dos símbolos nacionais pelos brasileiros, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) pediu ontem a rejeição da proposta pelo Plenário. Ele argumenta que, sob o pretexto de dar destaque ao Distrito Federal, o projeto atribuiu essa unidade a estrela que sempre representou o Pará.



Luiz Otávio diz que estrela sempre representou o Pará

– Alterar o símbolo pátrio por um ato de voluntarismo, sem que haja razões históricas ou culturais fortes, é ato de violência contra a cultura nacional como um todo e contra a cultura paraense em particular. Espero que minha revolta cívica sensibilize os senadores para que tal atentado ao Pará não seja perpetrado – disse.

De acordo com Luiz Otávio, se alguns consideram que isso seja um detalhe, trata-se de um detalhe ple-

no de conteúdo simbólico para o Pará e o povo paraense. A razão que justificou a colocação do estado do Pará permanece válida: Belém obteve essa posição por ser a capital estadual mais setentrional que o Brasil possuía ao tempo da Proclamação da República, e a única acima da linha do Equador.

Por sua vez, quando o Distrito Federal foi criado, foi-lhe atribuída a estrela Sigma do Oitante, por ela ser visível de todos os quadrantes, disse. “Simbologia mais adequada, impossível”, lembrou ele.

Em aparte, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) manifestou seu apoio a Luiz Otávio. Para ela, seria mais proveitoso alterar a legislação para mudar a maneira como os símbolos nacionais podem ser usados. O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) também avaliou que “não existem razões para essa mudança”.

Senador pede à CAE rapidez na votação de empréstimo ao Pará

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) manifestou ontem, em Plenário, sua confiança na aprovação, ainda nesta legislatura, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do financiamento de US\$ 48 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para investimentos no estado do Pará.

O projeto, segundo ele, foi acolhido pelo BID, em seguida enviado para o Ministério da Fazenda e, na última sexta-feira, remetido pelo Executivo à CAE.

O senador Luiz Otávio disse es-

perar que a comissão dê ao projeto a agilização que tem conferido a todas as matérias dessa natureza, por meio de acordos de liderança.

Em resposta a pronunciamento feito pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RO), Luiz Otávio disse que a bancada do Pará no Congresso já se manifestou favoravelmente, por unanimidade, à realização de plebiscito sobre a proposta de criação do estado do Carajás, no Pará.

– A decisão cabe ao povo do Pará – disse.

Maguito quer rádios ensinando língua estrangeira

Projeto apresentado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO) estabelece que pelo menos 5% da programação das emissoras de rádio e de televisão, transmitida entre as 6h e as 18h, destine-se à veiculação de cursos de língua estrangeira. Os meios de comunicação que descumprirem a ori-

entação poderão receber multas que variam de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil, de acordo com a proposta.

Maguito defende o projeto argumentando que a maioria dos brasileiros não pode arcar com os custos de um curso de língua estrangeira, sendo, por isso, condenados ao atraso e à perda de oportu-

nidades de trabalho e de negócios. A medida, afirma o senador, “é de profundo alcance social, uma vez que investe na formação de uma sociedade capaz de inserir-se no atual cenário globalizado”.

O conhecimento de línguas, argumenta ainda, é vital para que os trabalhadores e o empresariado na-

cional possam manter um bom desempenho nas suas atividades.

A proposta está tramitando na Comissão de Educação (CE), em caráter terminativo, ou seja, caberá à comissão a última palavra do Senado sobre a matéria, a não ser que haja requerimento para que vá ao Plenário.



Maguito afirma que maioria dos brasileiros não pode arcar com preços dos cursos de idiomas